

## Dissertações de Mestrado

### O Princípio da Eficiência como Fator Transformador

Por *Jorge Luis Terra da Silva*

Data da defesa da dissertação: 25/04/2007

Orientador: Francisco de Araújo Santos

A dissertação tem por objeto o princípio da eficiência, concebendo-o como critério para a atuação administrativa voltada ao atingimento dos Objetivos Fundamentais da República brasileira. Tendo-se por meta a operacionalidade do princípio, são apresentados os conceitos de eficiência colhidos nas doutrinas econômica e jurídica. Além disso, são deduzidos os fundamentos da eficiência. Como questões atinentes à aplicabilidade do dever de eficiência são tratadas a participação popular, a atuação administrativa impessoal, a improbidade administrativa e a eficácia do princípio em comento. A eficiência também é abordada como fruto da ação discricionária e como limite dessa ação. Partindo-se do pressuposto de que a eficiência pode colaborar para a melhora da ciência jurídica e da Administração Pública brasileiras, discorre-se sobre os passos para se realizar uma atuação administrativa eficiente com esteio no texto constitucional, no Direito e na ciência da Administração, perpassando-se por alguns métodos empregados nos setores público e privado e se chegando a um caso concernente a um serviço público de cobrança judicial.

A banca examinadora foi composta pelos Professores: Almiro do Couto e Silva, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Especialista em Direito Administrativo pela Universidade de Heidelberg/Alemanha; Luiz Afonso dos Santos Senna, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Engenharia de Transportes pela Leeds University/Inglaterra; Rafael Da Cás Maffini, da Escola Superior da Magistratura - AJURIS e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A referida defesa foi presidida pelo Professor Francisco de Araújo Santos.

### Atipicidade Contratual: Entre a Autonomia Privada e o Tipo

Por *Giovana Cunha Comiran*

Data da defesa da dissertação: 11/06/2007

Orientadora: Judith Hofmeister Martins-Costa

Confronta tipicidade e atipicidade, atribuindo a esta uma significação galgada no que chamou de “binômio fundamental” formado entre a idéia de autonomia privada “re-significada” e de tipo contratual. Utiliza base empírica para classificar as manifestações da atipicidade. Propõe uma interpretação contratual fundada no referido “binômio”. Utiliza, assim, o método tipológico, tomando os tipos como facilitadores do processo hermenêutico, na medida do que chama de “coeficiente elástico do tipo”.

A banca examinadora foi composta pelos Professores: Cesar Viterbo Matos Santolim, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela mesma, Gerson Luiz Carlos Branco, da Universidade Luterana do Brasil e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Maria Alice Costa Hofmeister, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. A referida defesa foi presidida pela Professora Doutora Judith Hofmeister Martins-Costa.

#### O Silêncio na Formação do Contrato: Elementos Qualificadores de sua Valoração Declarativa

Por *Priscila David Sansone Tutikian*

Data da defesa da dissertação: 11/06/2007

Orientadora: Judith Hofmeister Martins-Costa

A dissertação se destina a investigar, de modo especial, se a admissão do silêncio como anuência pode ser verificada no momento de criação do vínculo contratual, de formação dos contratos. Ainda, objetiva-se definir quais elementos são qualificadores dessa realidade. Dentre outras circunstâncias, a dissertação avalia se o silenciar de um dos participantes da fase de formação do contrato tem a potencialidade de despertar no destinatário da declaração uma confiança legítima de que o contrato se concluirá. Se caracterizada essa confiança, surgirá, de forma ainda mais evidente, a demanda de se examinar se o silêncio poderá ser – ou se necessariamente será – tido como aceitação.

Analisando os elementos que qualificarão o silêncio como anuência no domínio jurídico da formação contratual, são tomados como objeto de análise tanto os elementos previstos no artigo 111 do Código Civil, avaliando-se as conjunturas positivas e negativas da valoração do silêncio, quanto, em caráter exemplificativo, outros elementos do ordenamento que influenciam a realidade na qual o silêncio se insere.

A eleição da fase de formação dos contratos justifica-se na medida em que é nesse cenário que o silêncio causa maior polêmica. Enfrenta-se, assim, tema pouco explorado pela doutrina nacional, sendo, todavia, útil e necessário o estabelecimento de sua compreensão dogmática no Direito brasileiro.

A banca examinadora foi composta pelos Professores Doutores: Adalberto de Souza Pasqualotto, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Carlos Klein Zanini, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo; Renan Lotufo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutor em Direito pela mesma instituição. A referida defesa foi presidida pela Professora Judith Martins-Costa.

### Interpretação do Contrato e Objetivação de Interesses

Por *Marcelo Vicenzi*

Data da defesa da dissertação: 17/09/2007

Orientadora: Véra Maria Jacob de Fradera

A dissertação examina a interpretação do contrato diante do quadro da objetivação das relações jurídicas negociais. Expõe os fundamentos e os aspectos problemáticos da teoria interpretativa, com informações de direito comparado. Evidencia que há de se contar não apenas com as declarações de vontade das partes, mas também com as circunstâncias objetivas que as rodeiam. Analisa os critérios de interpretação do contrato recepcionados em nosso sistema normativo, a fim de verificar se e em que medida as disposições que disciplinam o procedimento hermenêutico consagram relevância aos interesses dos contratantes.

A banca examinadora foi composta pelos Professores: Carlos Klein Zanini, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo; Paolo Carbone, da Universidade de Sassari/ Itália e Doutor em Direito Comparado pela Universidade de Palermo/Itália; e Luis Renato Ferreira da Silva, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo. A referida defesa foi presidida pela Professora Doutora Véra Maria Jacob de Fradera.

## Motivação dos Atos Administrativos

Por *Cláudia Travi Pitta Pinheiro*

Data da defesa da dissertação: 20/11/2007

Orientador: Almiro do Couto e Silva

A dissertação investiga os contornos do dever de motivação dos atos administrativos no sistema jurídico brasileiro. O estudo inicia pela análise de seus fundamentos constitucionais, surgimento e desenvolvimento, destacando as diferenças e semelhanças com sua origem e evolução em outros sistemas jurídicos. A perspectiva comparativa está presente também nos capítulos subseqüentes, em que se definem o conteúdo da norma, seu âmbito de aplicação e as conseqüências do descumprimento do dever. O olhar crítico sobre a jurisprudência das cortes brasileiras permeia todos os capítulos do trabalho.

A Banca Examinadora foi composta pelos Professores Doutores: Humberto Bergmann Ávila, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de Munique, LMU, Alemanha; Itiberê de Oliveira Rodrigues, Professor da Universidade Federal de Pelotas e Doutor em Direito pela Universitat Munster (Westfälische-Wilhelms), W.W.U.M., Alemanha; Regina Linden Ruaro, Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Doutora em Direito pela Universidad Complutense de Madrid, U.C.M., Espanha. A referida defesa foi presidida pelo Professor Almiro do Couto e Silva.

## A Funcionalidade do Ônus da Prova no Processo Civil Brasileiro

Por *Juliana Leite Ribeiro do Vale*

Data da defesa da dissertação: 29/11/2007

Orientador: Carlos Alberto Alvaro de Oliveira

Diante de uma situação de insuficiência probatória, o juiz, impossibilitado de pronunciar o *non liquet*, deve julgar segundo a regra do ônus da prova. No entanto, em algumas situações, a aplicação da regra prevista no artigo 333 do Código de Processo Civil pode culminar em injustiças. Para evitá-la, a doutrina, a jurisprudência e a legislação apresentam criativas soluções. Na tentativa de sistematizá-las, o trabalho analisa, sob a óptica do juiz, da lei e das partes, alguns fenômenos relacionados ao ônus da prova no Processo Civil brasileiro.

A banca examinadora foi composta pelos Professores Doutores: Danilo Knijnik, Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e

Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo; Humberto Theodoro Júnior, Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais e Doutor em Direito pela mesma instituição; Daniel Francisco Mitidiero, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela mesma instituição. A referida defesa foi presidida pelo Professor Carlos Alberto Alvaro de Oliveira.

### A Divisão Patrimonial na Dissolução da União Estável: Uma Interpretação das Regras de Direito de Família

Por *Ana Rispoli D'Azevedo*

Data da defesa da dissertação: 12/12/2007

Orientadora: Claudia Lima Marques

Essa dissertação objetiva analisar a divisão patrimonial, sob o enfoque da união estável, tendo em vista a especificidade do tratamento dado a esta entidade familiar na hipótese de dissolução. São estudadas as regras que incidem na divisão dos bens, quando da ruptura em vida da união estável, seja consensual ou litigiosa, através da evolução doutrinária e jurisprudencial da matéria. Também se verifica a utilização de regras do direito matrimonial no companheirismo pelos aplicadores da lei e suas conseqüências. Em suma, o tema proposto tem por fim estabelecer a relação entre o desenvolvimento da matéria, ao longo dos anos, pelos Tribunais, pela Doutrina e pelo Legislativo, assim como a determinação consagrada no Código Civil de 2002.

A banca examinadora foi composta pelos Professores: Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Professora da Universidade de São Paulo e Doutora em Direito pela mesma instituição; Carlos Silveira Noronha, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo; José Alcebíades de Oliveira Júnior, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. A referida defesa foi presidida pela Professora Doutora Claudia Lima Marques.

### A Responsabilidade Internacional do Estado por Genocídio

Por *Joanessa Tasca Deud Jose*

Data da defesa da dissertação: 17/12/2007

Orientadora: Martha Lucia Olivar Jimenez

Trata-se de estudo sobre a configuração da responsabilidade internacional de ente estatal por genocídio, tomando como ponto de partida as regras gerais da responsabilidade do Estado e a decisão proferida em 26 de fevereiro de 2007 pela Corte Internacional de Justiça no caso envolvendo a Bósnia e a Sérvia – a primeira decisão na história da jurisprudência internacional que tratou especificamente da matéria.

A banca examinadora foi composta pelos Professores Doutores: Véra Maria Jacob De Fradera, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutora em Direito pela Université de Paris II Up II, PARIS II, França; Alfa Oumar Diallo, Professor do Centro Universitário La Salle e Doutor em Sociedade e Estado em Perspectiva de Integração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Denise Estrella Tellini, Professora da Universidade Luterana do Brasil e Doutora em Estudios Internacionales pela Universidade de Barcelona. A referida defesa foi presidida pela Professora Martha Lucía Olivar Jimenez.

### Outras Dissertações de Mestrado Defendidas Junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito durante o Ano de 2007

#### A Verossimilhança nos Provimientos de Cognição Sumária

Por *Daisson Flach*

Data da defesa da dissertação: 12/01/2007

Orientador: Carlos Alberto Alvaro de Oliveira

Banca examinadora: Ovídio Araújo Baptista da Silva, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Livre Docente pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Danilo Knijnik, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo; Guilherme Rizzo Amaral, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

#### O Pluralismo Jurídico e a Realidade Sociocultural de Moçambique

Por *Beatriz da Consolação Mateus Buchili*

Data da defesa da dissertação: 01/03/2007

Orientadora: Cláudia Lima Marques

Banca examinadora: Cezar Saldanha Souza Junior, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo; José Alcebiades de Oliveira Junior, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Filosofia do Direito e da Política pela Universidade Federal de Santa Catarina; Rosângela Lunardelli Cavallazzi, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Direito pela mesma Universidade.

**Emoções, Interpretação e Aplicação Legal - Com Enfoque nas Reflexões de Martha C. Nussbaum**

Por *Renato Hungria Requião de Bicca*

Data da defesa da dissertação: 14/03/2007

Orientador: Cláudio Fortunato Michelin Júnior

Banca examinadora: Fabrício Dreyer de Avila Pozzebon, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela mesma Universidade; Gabriel José Chittó Gauer, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Doutor em Medicina e Ciências da Saúde pela mesma Universidade; José Alcebiades de Oliveira Junior, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Filosofia do Direito e da Política pela Universidade Federal de Santa Catarina.

**O Direito de Asilo na União Européia: Um Olhar Normativo sobre a Europa-Fortaleza**

Por *Rodrigo Magnos Soder*

Data da defesa da dissertação: 24/05/2007

Orientadora: Martha Lucía Olivar Jimenez

Banca examinadora: Patricia Luiza Kegel, da Fundação Universidade Regional de Blumenau e Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e Álvaro Filipe Oxley da Rocha, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná e Raúl Enrique Rojo, de École des Hautes Études em Sciences Sociales - Montreal, U.M., Canadá e Docente pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Teoria da Justiça de John Finnis – Análise em Face da Tradição  
Aristotélica – Tomista

Por *Nelson Nemo Franchini Marisco*

Data da defesa da dissertação: 05/06/2007

Orientador: Luis Fernando Barzotto

Banca examinadora: Wladimir Barreto Lisboa, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Doutor em Filosofia Política pela Université Paris (Panthéon-Sorbonne)/França, Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito e Filosofia pela Universitat de València/Espanha e Wilson Engelmann, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Doutor em Direito pela mesma instituição.

A Responsabilidade Civil entre Funcionalismo e Formalismo: O Art.  
944, CAPUT, do Código Civil Brasileiro

Por *Fabiano Koff Coulon*

Data da defesa da dissertação: 10/07/2007

Orientadora: Judith Martins-Costa

Banca examinadora: Luis Renato Ferreira da Silva, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo; Giovanni Ettore Nanni, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutor em Direito pela mesma instituição e Luis Fernando Barzotto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo.

A Eficácia contra Particulares dos Direitos Fundamentais  
(*Drittwirkung*) sob Enfoque de seus Deveres de Proteção  
(*Schutzpflichten*)

Por *Gabriel Menna Barreto Von Gehlen*

Data da defesa da dissertação: 12/07/2007

Orientador: Cezar Saldanha Souza Junior

Banca examinadora: Rodrigo Valin de Oliveira, da Escola Superior da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo; Adriana Schlabendorff, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo e Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, da Universidade



Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito e Filosofia pela Universitat de València - Espanha.

### O Estado Federal e o Federalismo no Império

Por *Marco Antonio Alves Bezerra*

Data da defesa da dissertação: 17/07/2007

Orientador: Cezar Saldanha Souza Junior

Banca examinadora: Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues, da Ude de Münster - Alemanha; Rodrigo Valin de Oliveira, da Escola Superior da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e José Antonio Giusti Tavares, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

A Corte Internacional de Justiça e a Interação do Direito Ambiental com a Responsabilidade Internacional nos Casos Gabčíkovo-Nagymaros (Hungria X Eslováquia) e Usinas de Celulose (Argentina X Uruguai)

Por *Marcos Homrich Hickmann*

Data da defesa da dissertação: 02/08/2007

Orientadora: Martha Lucía Olivar Jimenez

Banca examinadora: Tupinambá Pinto de Azevedo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela mesma; Ricardo Rocha de Vasconcellos, da Universidade Federal de Pelotas e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Alfa Oumar Diallo, do Centro Universitário La Salle e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Pauta para a Interpretação dos Contratos por Adesão nas Relações Interempresariais Regidas pelo Código Civil

Por *Silvia Dias da Costa Machado*

Data da defesa da dissertação: 07/08/2007

Orientadora: Judith Martins-Costa

Banca examinadora: Paula Andréa Forgioni, da Universidade Federal de São Paulo e Doutora em Direito pela mesma instituição; Carlos Klein Zanini, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e

Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e Rafael Peteffi da Silva, da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo.

Responsabilidade Internacional do Estado no Sistema  
Interamericano de Direitos Humanos

Por *Indra Rojas Solano*

Data da defesa da dissertação: 13/09/2007

Orientadora: Cláudia Lima Marques

Banca examinadora: José Alcebiades de Oliveira Júnior, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Filosofia do Direito e da Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (que enviou o parecer escrito, lido de público); Augusto Jaeger Júnior, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela mesma instituição; Florisbal de Souza Del'Olmo, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e William Smith Kaku, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina.

As Bases Teóricas do Controle Difuso de Constitucionalidade e suas  
Competências para Exame e Rejeição no Brasil

Por *Carlos Roberto Lima Paganella*

Data da defesa da dissertação: 05/10/2007

Orientador: Luís Afonso Heck

Banca examinadora: Ângelo Roberto Ilha da Silva, da Universidade Luterana do Brasil e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo; Odone Sanguiné, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidad Autònoma de Barcelona/Espanha e José Eduardo Sabo Paes, da Universidade Católica de Brasília e Doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid/Espanha.

União Estável e Alimentos: Fontes de Enriquecimento Sem Causa no  
Direito da Família

Por *Débora Rezende Cardoso*

Data da defesa da dissertação: 19/10/2007

Orientadora: Véra Maria Jacob de Fradera

Banca examinadora: Maria Claudia Crespo Brauner, Professora da Universidade de Caxias do Sul e Doutora em Direito pela Université de Rennes I, U.R.I., França; Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Professora da Universidade de São Paulo e Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo e Carlos Silveira Noronha, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo.

#### Estado de Direito como Limitação ao Poder de Tributar

Por *Éderson Garin Porto*

Data da defesa da dissertação: 14/11/2007

Orientador: Humberto Bergmann Ávila

Banca examinadora: Almiro do Couto e Silva, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Luiz Felipe Silveira Difini, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela mesma instituição; Rafael Da Cás Maffini, Professor da Escola Superior da Magistratura e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

#### A Constituição e o Direito Penal: Legitimação, Limitação e Fundamentação

Por *Leonardo Fernandes Lazzaron*

Data da defesa da dissertação: 03/12/2007

Orientador: Cezar Saldanha Souza Junior

Banca examinadora: Tupinambá Pinto de Azevedo, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela mesma instituição; Alberto Rufino Rosa Rodrigues de Souza, Professor da Universidade Católica de Pelotas e Doutor em Ciências Humanas pela mesma universidade; Fábio Medina Osório, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid, U.C.M., Espanha.

#### A Aplicação de Pautas Fiscais no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Por *Flávia Gehlen Frosi*

Data da defesa da dissertação: 10/12/2007

Orientador: Humberto Bergmann Ávila

Banca examinadora: Roberto Catalano Botelho Ferraz, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo; Igor Danilevitz, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela mesma universidade; Carlos Klein Zanini, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo.

**A Sucessão Causa Mortis do Sócio na Sociedade Limitada:  
(Sistematização das Conseqüências da Morte na Sociedade Limitada  
e as Repercussões no Direito de Empresa Sucessório e de Família)**

Por *Marco Antonio Karam Silveira*

Data da defesa da dissertação: 13/12/2007

Orientadora: Véra Maria Jacob de Fradera

Banca examinadora: Peter Walter Ashton, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Rui Portanova, Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná; Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Professora da Universidade de São Paulo e Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo.

**Ampla Defesa: Um Direito Fundamental do Processo Civil Brasileiro**

Por *Felipe Camilo Dall'Alba*

Data da defesa da dissertação: 14/12/2007

Orientador: Carlos Alberto Alvaro de Oliveira

Banca examinadora: Danilo Knijnik, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo; Guilherme Rizzo Amaral, Professor da Escola Superior do Ministério Público e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Eduardo Talamini, Professor do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo.

**A Solidariedade Social e a sua Concreção no Direito Contratual**

Por *Marcus Vinícius Madeira*

Data da defesa da dissertação: 18/12/2007

Orientadora: Cláudia Lima Marques

Banca examinadora: José Alcebíades de Oliveira Júnior, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina; Carlos Silveira Noronha, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo; Rosângela Lunardelli Cavallazzi, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Fixação dos Pontos Controvertidos no Direito Processual Civil Brasileiro e a Influência do Código Modelo de Processo Civil para a América Latina**

Por *Natália de Campos Aranovich*

Data da defesa da dissertação: 19/12/2007

Orientadora: Cláudia Lima Marques

Banca examinadora: Carlos Silveira Noronha, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo; Cesar Viterbo Matos Santolim, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela mesma universidade; Carlos Gustavo Vallespinos, Professor da Universidade Nacional de Córdoba e Doutor em Direito pela mesma instituição.